

A INTEGRAÇÃO ACADÉMICA E SOCIAL DE ESTUDANTES ORIUNDOS DE CABO VERDE NO ENSINO PROFISSIONAL PORTUGUÊS. UM ESTUDO NA CIDADE DO PORTO

VLADEMIRO JORGE FORTES DUARTE

Universidade Lusófona do Porto
vladeduarte@gmail.com

PAULO DELGADO

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
pdelgado@ese.ipp.pt

RESUMO

A integração académica e social dos estudantes cabo-verdianos em Portugal é um fenómeno complexo, que acarreta múltiplos desafios. O objetivo deste trabalho é analisar esta problemática, a partir da inserção destes estudantes numa Escola Profissional da área Metropolitana do Porto.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir que os estudantes vivem em Portugal em condições de grande fragilidade financeira, o que põe em causa o sucesso e a concretização dos seus objetivos. Apesar destas dificuldades, a que se soma a necessária adaptação ao clima, aos hábitos e língua, revelam estar satisfeitos com a sua estadia em Portugal e com o convívio com a comunidade portuguesa.

Palavras-chave: Integração, estudantes Cabo-verdianos, Formação Profissional, Escola Profissional.

ABSTRACT

Academic and social integration of students from Cabo Verde in Portugal is a complex phenomenon that involves multiple challenges. The objective of this paper is to analyze the inclusion of these students in a Vocational School in Porto.

The results allow us to conclude that students live in Portugal in conditions of

great financial vulnerability, which calls into question the success and achievement of their goals. Despite these difficulties, which adds the necessary adaptation to climate, lifestyle and language, they reveal to be satisfied with their stay in Portugal and conviviality with the Portuguese community.

Keywords: Integration, Cabo Verde students, Training, Vocational School.

INTRODUÇÃO

A presença de alunos estrangeiros na escola é sinónimo de problemas e dificuldades, pois um aluno imigrante não é visto, com frequência, como uma mais-valia cultural para a turma e para a comunidade educativa. Estudos recentes revelam que existem actualmente nas escolas dos países da UE, em média, cerca de seis por cento de alunos estrangeiros em idade escolar (Rede Eurydice, 2009; Ministério da Educação [ME], 2010; Fernandes, 2001; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF], 2011).

Espera-se que a escola e os seus professores, na sua tarefa de educar para uma cidadania democrática, estejam atentos às complexidades das realidades sociais, das relações entre culturas e pessoas e que sejam capazes de acolher jovens com identidades culturais diferentes no seio da comunidade escolar de forma a combater as dificuldades de integração, diminuir o risco de abandono escolar e a exclusão social. A transformação da escola e a procura de novas respostas para garantir o respeito pela diversidade e pela inclusão social requer consciência da própria identidade cultural, abertura para conhecer, compreender e colocar-se do ponto de vista do outro (Delors, 2005).

O ensino profissional pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania e para formar cidadãos capazes de ingressar e satisfazer os requisitos do mercado produtivo, articulando a lógica do desenvolvimento humano e a lógica do desenvolvimento económico e, nesta dupla função, construir a ponte entre educação e economia. Como refere Azevedo (2000), “a educação já não deve subordinar-se à «preparação para a vida activa», mas como construção pessoal e social que se faz na vida, com a vida, em sociedade, um estaleiro onde cada uma e cada um se desenvolvem e procuram um sentido, um espaço, um lugar, e traçam um itinerário pessoal, em relação de igualdade com os demais.” (p.131).

A educação deve assumir a tarefa de tornar os estudantes conscientes da nova sociedade «multi-étnica» em que evoluem, onde é necessário uma formação de professores e uma educação que se focalize na abordagem do multicultural, para lidar com a diversidade cultural e para desenvolver uma educação multicultural equilibrada. Todavia, tais esforços não devem ficar apenas pela escola mas também devem passar por todas as instituições que acolhem público de outras origens e nacionalidades e culturas. Assim sendo a aceitação por parte da sociedade receptora de uma ideologia multicultural pode contribuir para gerir com

sucesso a questão da inter/multiculturalidade na actual sociedade portuguesa. Contudo, a resposta a estes desafios depende também das condições de estudo e de sobrevivência que caracterizam o quotidiano dos estudantes estrangeiros em Portugal (Delgado, 2003).

No que se refere ao estado actual da educação em Portugal o relatório do Conselho Nacional de Educação refere que a população estrangeira corresponde atualmente a cerca de 5% do total de inscritos no ensino básico e secundário no continente. Este estudo revela ainda que os alunos de origem imigrante nas escolas portuguesas constituem mais de 180 nacionalidades diferentes, com destaque para a brasileira, a cabo-verdiana e a angolana, que ultrapassam 50% do total (Ibidem). Por outro lado, um estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística indica que o número de estudantes Cabo-verdianos em todos os níveis de ensino corresponde a 13% da população cabo-verdiana em Portugal. O ensino secundário e pós-secundário constituem a escolaridade mais representada na população estrangeira com 32,7% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2012, p.12).

No contexto actual de Cabo Verde uma das principais medidas de enquadramento e de actuação dos sucessivos Governos é a adopção de medidas políticas indispensáveis ao desenvolvimento e à expansão do sistema educativo. Na sequência desta política educativa e face às limitações económicas e financeiras do país, e perante as dificuldades do Governo em satisfazer todas as demandas das populações, as Câmaras Municipais assumiram-se como verdadeiros agentes de desenvolvimento, estabelecendo acordos de geminação e outras formas de cooperação entre os Municípios, Escolas Profissionais e as suas congéneres estrangeiras, principalmente em matéria de formação profissional (Ramos, 2002).

Actualmente, estes estudantes são recebidos em Portugal com base em acordos de cooperação estabelecidos com Cabo Verde, a partir dos quais são criadas as condições legais que possibilitam o seu acesso ao ensino. Neves (1998) refere que, entre 2006 e 2008, no âmbito dos acordos de cooperação existentes entre as Câmaras Municipais de Cabo Verde e as EP Portuguesas, houve um grande número de estudantes a ingressarem na frequência de cursos profissionais técnicos de nível IV da União Europeia nas mais diversas áreas. Segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento “actualmente são mais de 4000 os estudantes a beneficiarem de bolsas de estudo das Câmaras Municipais de Cabo Verde ou de outras instituições portuguesas” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD], 2005, p.3).

Relativamente à cidade do Porto, é muito difícil fornecer o número exacto de estudantes Cabo-verdianos que estão actualmente a residir nesta cidade e pelo facto da grande maioria não ter feito o registo consular depois de terem chegado em Portugal, mas estima-se que residam pelo menos cerca de setecentos e cinquenta estudantes a frequentar cursos profissionais e superiores (Embaixada de Cabo Verde em Portugal [EMBCVPT], 2012). De acordo com esta instituição,

a maioria destes estudantes frequentam Cursos Profissionais de três anos, ao abrigo dos acordos de cooperação estabelecidos directamente entre as escolas portuguesas e os municípios Cabo-verdianos, apoiados por fundos comunitários destinados a projectos de formação profissional (Programa Operacional Potencial Humano [POPH], 2008).

É neste contexto que se compreende que, nas últimas décadas, se assista em Portugal e principalmente na escola em estudo a uma crescente procura de jovens oriundos de Cabo Verde, confrontando-a com uma heterogeneidade cultural e linguística diversa. A Escola Profissional onde se realizou o estudo encontra-se sediada na cidade do Porto, a maioria dos estudantes que acolhe é proveniente do concelho do Porto, embora alguns sejam provenientes de outros concelhos e mesmo de outras zonas. Os estudantes fazem uma integração sem grandes dificuldades sociais, psicológicas e/ou pedagógicas. Fundada em 1989, desde então ministra cursos de educação e formação profissional, para jovens e adultos que pretendam cumprir a escolaridade básica e/ou secundária obrigatórias e a dupla certificação com formação profissional qualificada de nível I, II e III, formação de especialização tecnológica de nível IV ou V e outras em Aprendizagem ao Longo da Vida.

O Director Pedagógico desta EP refere que este aumento representa um desafio à instituição, que procura promover na sua actuação a integração de todos os estudantes. Os processos de escolarização e de socialização destes jovens têm constituído uma problemática central de alguns estudos realizados em Portugal, ainda que em número insuficiente e de carácter reduzido (Marques e Martins, 2005).

METODOLOGIA

O objectivo geral do estudo foi analisar e compreender o modo como se processa a integração social e académica dos estudantes oriundos de Cabo Verde e reflectir sobre a nova realidade escolar provocada pelo aumento da população imigrante na Escola. Como objectivos específicos procurámos:

- Caracterizar o perfil dos estudantes oriundos de Cabo Verde;
- Analisar e compreender como se processa a integração académica e social;
- Conhecer o contributo dos colegas, portugueses e da mesma nacionalidade, naquele processo de integração;
- Identificar e analisar os principais problemas em relação à adaptação escolar e social;
- Apresentar vectores de intervenção que possam contribuir para o aperfeiçoamento das condições de participação, de inserção escolar e profissional destes estudantes.

Do ponto de vista metodológico, recorreu-se a uma metodologia mista para recolher as informações, que incluiu o inquérito por questionário conjugado

com a entrevista. Através da articulação da metodologia quantitativa com a qualitativa, foi possível obter, quantitativamente, dados numéricos e, qualitativamente, atitudes e opiniões dos entrevistados sobre o problema investigado.

A escolha desta escola justificou-se pela presença de um grau muito significativo de estudantes oriundos de Cabo Verde, pela facilidade de acesso aos estudantes deste estabelecimento e pela disponibilidade da Direção para colaborar no desenvolvimento dos procedimentos necessários à recolha de dados.

A amostra que serviu de base ao estudo, através do inquérito por questionário, foi constituída por cinquenta estudantes Cabo-verdianos matriculados no Ensino Profissional no ano lectivo de 2012/2013 ao abrigo dos acordos de cooperação entre as Câmaras Municipais, os Centros de Formação Profissional de Cabo Verde e as entidades parceiras da Escola Profissional. Destes, vinte e seis são do sexo feminino e vinte e quatro do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos. A maioria dos alunos (68%) estavam a frequentar o 1º ano do curso, referente ao ano lectivo de 2012/2013, o que correspondia a 59% de ingresso no ano lectivo de 2011/2012. Outros 22% frequentavam o 2º ano lectivo, o que correspondia a 25% de ingresso no ano lectivo de 2011/2012, e apenas 10% eram estudantes que se encontravam no último ano do curso, o equivalente a 16% de ingresso no ano lectivo de 2010/2011.

As entrevistas foram realizadas a oito estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos, três dos quais eram do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Estes alunos foram entrevistados individualmente com recurso a um guião de entrevista que serviu de meio auxiliar. Este guião permitiu-nos criar duas categorias de análise para as questões da entrevista: o contexto académico, para analisar as dificuldades e as suas preocupações académicas; o contexto social, para conhecer as dificuldades e as preocupações de integração social. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas, procurando descobrir outros factos que pudessem ter ficado ocultos nas respostas obtidas através dos questionários.

RESULTADOS DOS INQUÉRITOS E ENTREVISTAS

Sobre os registos que foram tidos em consideração nesta investigação, e a partir da análise dos dados recolhidos nos inquéritos, é possível destacar as variáveis que parecem ser mais importantes para a integração académica e social destes alunos.

Relativamente às «reprovações em Cabo Verde», 62% dos alunos confirmaram ter reprovado de ano pelo menos uma ou duas vezes no ensino básico e secundário, face a 38% que não tiveram qualquer reprovação, o que revela um percurso académico com algumas dificuldades.

Quanto à integração social elaboramos uma série de questões que nos poderiam ajudar a traçar o quadro social destes estudantes. Inicialmente, procurámos saber as razões que levaram estes estudantes a optarem por escolher Portugal

como país de destino para a realização dos estudos. As opções que obtiveram uma maior percentagem de respostas são as que se relacionam com a procura uma formação de qualidade e com melhores perspetivas de emprego, representando 26% e 16% respectivamente. Por outro lado, 14% dos alunos referiram que ter amigos e familiares em Portugal foi importante para esta escolha. As opções que registam um menor número de escolhas por parte dos estudantes têm a ver com os conhecimentos da língua e da cultura Portuguesa (1%), a obtenção de bolsa de estudo para o curso frequentado (3%), a ausência da mesma oferta formativa em Cabo Verde (4%) e o apoio prestado aos estudantes estrangeiros (5%). Constatámos deste modo que estes estudantes elegem Portugal porque lhes pode proporcionar uma formação de qualidade, porque acreditam na qualidade do Sistema de Ensino e porque almejam aceder a uma profissão que lhes garanta um futuro promissor e cujo acesso, em Cabo Verde, será facilitado por via desta qualificação.

No que se refere à forma como tiveram conhecimento da escola e do curso, 48% dos alunos revelam ter tido conhecimento através das Câmaras Municipais e dos centros de formação profissional de Cabo Verde. Por outro lado, 34% dos estudantes revelam que tiveram conhecimento através das entidades cabo-verdianas que são parceiras desta escola em matéria de Formação Profissional e apenas 2% revela que teve conhecimento desta escola através do Ministério de educação e pela internet. Ou seja, são as Câmaras Municipais, os Centros de Formação Profissional e as entidades cabo-verdianas parceiras desta escola profissional que divulgam o ensino profissional em Portugal. O ministério de Educação de Cabo Verde mantém um papel de supervisor do cumprimento dos protocolos assinados entre estas instituições.

Questionados sobre a forma de residência em Portugal, constatamos que a solução mais frequente, num total de 39 respostas, foi a partilha de casa com outros estudantes. Ou seja, 78% dos estudantes vivem num quarto alugado com outros estudantes, 12% recorrem a casa de familiares ou amigos para assegurar a sua residência enquanto apenas 2% vivem numa residência acolhimento de estudantes. Estes dados também foram confirmados nas entrevistas.

A maior dificuldade destes estudantes em Portugal prende-se com os meios de subsistência, pois constatamos que estes jovens vivem com muitas carências a nível económico. No que se refere ao valor mensal dos rendimentos, 72% sobrevive com um rendimento mensal de menos de 100€ e 28% refere ter rendimentos mensais que rondam entre os 101€ e os 200€. No que se refere à origem destes rendimentos 47% são provenientes dos apoios concedidos no âmbito do programa do POPH, como subsídios de alimentação, alojamento e transporte, 36% dos apoios das suas famílias, 16% de bolsas de apoio por parte da própria escola e apenas 1% refere ser bolseiro do país de origem, o que nos levou a concluir que estes estudantes permanecem em Portugal com um rendimento que raramente ultrapassa os 200€.

Quanto às principais dificuldades encontradas à chegada em Portugal grande parte dos alunos referiram as dificuldades de interacção social, a distância e a saudade da família e a adaptação ao clima e à cultura portuguesa, com um registo de 32% e 29%, respectivamente. A falta de uma bolsa de estudos, com 13%, e a falta de apoio financeiro da família, com 8%, são as dificuldades seguintes, que se relacionam com a questão financeira referida anteriormente.

No que se refere à questões da Integração académica, cerca de 31% referem que quando chegaram em Portugal tiveram como principais dificuldades académicas as dificuldades na língua portuguesa e o domínio dos materiais utilizados no espaço da aula, e 23% referem a adaptação aos programas, horários e matérias.

Apesar das dificuldades constatadas, o relacionamento positivo com a direcção, formadores, membros e colaboradores da escola, contribuiu para minorar as dificuldades de integração referidas. De referir que 5% dos estudantes responderam que tiveram como principal dificuldade encontrar quartos ou apartamentos para morar. No momento da realização do estudo, mantinham-se as dificuldades na língua portuguesa bem como a adaptação aos programas, horários e matérias.

Apesar das várias dificuldades reportadas, os estudantes revelaram estar satisfeitos com a estadia em Portugal, com o convívio com os colegas de outras nacionalidades, com o convívio com os colegas portugueses e com o convívio com a comunidade portuguesa.

Não obstante esta satisfação académica, deparam-se muitas vezes com condições de incerteza e sujeitam-se a situações de grande fragilidade económica, o que, por vezes, acaba por pôr em causa o sucesso e a concretização dos seus objectivos. Estes estudantes revelam ainda que enfrentam obstáculos a vários níveis que se prendem com dificuldades de integração, reflectidas na diferença de culturas, hábitos e língua.

Em suma, as dificuldades identificadas levam a que estes estudantes se vejam obrigados a recorrer a formas de subsistência alternativas, como procurar um emprego ou a recorrer a pedidos de apoio aos próprios colegas, já que as bolsas de estudo de que são titulares registam grandes atrasos no pagamento, não chegando muitas vezes a ser suficientes para as suas necessidades. Por todas estas razões, os estudantes oriundos de Cabo Verde necessitam e desejam um apoio de diversas pessoas e estruturas que os ajudem a superar aquelas contrariedades.

CONCLUSÃO

Cientes das dificuldades de Cabo Verde em proporcionar uma formação pós ensino básica adequada e consistente aos seus jovens, assistiu-se ao longo dos anos ao aumento da procura por parte dos estudantes de cursos de formação profissional no estrangeiro, mais concretamente em Portugal. Contudo, têm-se multiplicado os problemas que têm afectado os estudantes Cabo-verdianos em Portugal, em particular os estudantes do ensino profissional.

Outrora os emigrantes moviam-se essencialmente à procura de trabalho. Com a evolução dos tempos, a esse fator acrescenta-se no presente a procura de uma oportunidade de formação. Toda e qualquer sociedade que pretende evitar o obscurantismo deve assegurar a possibilidade de qualificação dos seus cidadãos, dando ênfase à diversidade de áreas de formação. Neste estudo, recorreremos à pesquisa documental, ao inquérito por questionário e à realização de entrevistas individuais, e os dados permitem-nos concluir que estes estudantes:

- Encontram-se em Portugal maioritariamente no quadro das parcerias entre as Câmaras Municipais de Cabo Verde e Escolas Profissionais;
- Residem maioritariamente em quartos alugados com outros colegas;
- Não possuem apoios financeiros do Estado Cabo-verdiano;
- Em Cabo Verde possuem um histórico significativo de reprovações;
- Procuram os cursos profissionais como um meio alternativo para alcançar outras oportunidades, tais como, prosseguir para o ensino superior ou trabalhar na UE;
- Enfrentam muitas dificuldades financeiras no seu dia-a-dia;
- Nas suas relações académicas e sociais com a comunidade escolar e com o seu meio envolvente desenvolvem uma integração lenta pelo facto de terem muitas dificuldades na língua portuguesa e na adaptação aos horários e matérias da instituição;
- No seu dia-a-dia convivem mais com estudantes da mesma nacionalidade embora não tenham dificuldades de relacionamento com os estudantes portugueses ou com estudantes de outras nacionalidades;
- Identificam as dificuldades com a língua portuguesa e a adaptação aos horários e materiais utilizados na escola como os principais problemas de adaptação académica;

Os estudantes Cabo-verdianos sentem dificuldades na sua adaptação ao sistema de ensino português dado que a Escola Profissional que frequentam não possui residência para estudantes. Vivem por essa razão em casas alugadas com outros estudantes e pagam por um quarto cerca de 150 euros. Na prática, a maioria destes estudantes vive em Portugal com um rendimento mensal de menos de 100€ e sem nenhum outro tipo de apoio. A solução encontrada por muitos para ultrapassar estes problemas foi trabalhar e estudar ao mesmo tempo, apesar de muitas vezes as condições de trabalho serem muito precárias. Deste modo, vão dando continuidade ao sonho de terminar o curso e ter um diploma. Trabalhar e estudar é uma tarefa muito difícil e exige muito sacrifício, obrigando a definir prioridades, e muitas vezes a prioridade vai para o trabalho de forma a não passar fome.

Em suma, e respondendo à nossa questão de partida, os estudantes encontram-se em Portugal a frequentar cursos profissionais de três anos ao abrigo de protocolos existentes entre as entidades dos dois países, vivem em Portugal muitas vezes em condições de grande fragilidade o que, por vezes, acaba por pôr

em causa o sucesso e a concretização dos seus objectivos. Apesar destas dificuldades revelaram estar satisfeitos com a sua estadia em Portugal e com o convívio com a comunidade portuguesa. Enfrentam obstáculos a vários níveis que se prendem com dificuldades de integração reflectidas na diferença de culturas, clima, hábitos e língua. As relações de amizade criadas durante o curso embora maioritariamente com outros estudantes da mesma nacionalidade fazem com que tenham liberdade suficiente para recorrer a pedidos de apoios aos colegas, aos amigos e à escola para colmatar as dificuldades que atravessam. A maioria dos estudantes mostra vontade em continuar para o ensino superior, facto que as entrevistas vieram a confirmar.

Face à dimensão dos problemas da integração social e académica dos estudantes cabo-verdianos, identificamos por fim novas estratégias de intervenção que podem contribuir para o aperfeiçoamento dos programas e acordos existentes entre os dois países:

- A necessidade de uma aposta por parte do Governo de Cabo Verde em políticas educativas que visem o fortalecimento das parcerias de cooperação com Portugal;
- Maior rigor na selecção dos candidatos para os cursos profissionais, devendo o candidato comprovar os possíveis meios de subsistência para viver em Portugal;
- O supervisionamento dos protocolos existentes de modo a assegurar o cumprimento dos acordos estabelecidos;
- A criação de uma comissão de acompanhamento por parte das entidades envolvidas no processo de formação profissional de forma a acompanhar o percurso académico e social destes estudantes, desde a sua chegada em Portugal até à conclusão do curso;
- A implementação de novos cursos profissionais e a melhoria da sua atractividade de modo a que possam garantir uma saída profissional adequada para os dois países.

Portugal tem demonstrado ser um país acolhedor dos imigrantes, ao desenvolver uma política positiva de integração a nível europeu, sendo essencial que se mantenha nessa via. A aceitação por parte da sociedade recetora de uma ideologia multicultural pode contribuir para gerir com sucesso a questão da inter/multiculturalidade mas é essencial garantir que os estudantes oriundos de outros países, como Cabo Verde, vejam reunidas as condições habitacionais, económicas e sociais, que permitam uma vida digna, uma aprendizagem efetiva e o sucesso educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, J. (2010). Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar*, 72, 25-29.
- Conselho Nacional de Educação [CNE] (2011). *Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

- Delgado, P. (2003). Os estudantes Cabo-verdianos na Universidade Portucalense – Estudo sobre a diversidade e a participação. *Revista Africana*, 26/27, 189-208.
- Delors, J. (Coord.). (2005). *Educação um tesouro a descobrir*. Porto: Asa.
- Embaixada de Cabo Verde em Portugal [EMBCVPT]. (2012) *Guia do estudante cabo-verdiano*. Serviço de Cooperação - Departamento de Estudantes. Lisboa. Portugal [Versão Electrónica]. Acedido em 22 de Fevereiro de 2012 em: <http://www.embcv.pt>
- Fernandes, D. (coord.), Silva, P., & Aamodt, P. (2001). *Transição da formação inicial para a vida activa: exame temático no âmbito da OCDE: Relatório Nacional [e] Nota sobre Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Instituto Nacional de Estatísticas [INE] (2012). *As pessoas 2010* [Versão Electrónica]. Acedido em 23 de Maio de 2012 em: www.ine.pt
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD], (2008). *Programa Indicativo de Cooperação. Portugal: Cabo Verde 2008/2011*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- Marques, M & Martins, J. (2005). *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento - A Escola perante a diversidade*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Ministério da Educação (2011). *Anuário da Educação 2010/2011*. Acedido em 17 de Abril de 2012 em: <http://www.mesci.gov.cv>
- Nunes, T. (2004). Colaboração Escola-Família: Para uma escola culturalmente heterogénea. *Cadernos de Apoio à Formação*, 1, 1-90.
- Ramos, M. (2002). *A Cooperação Descentralizada em Cabo Verde*. Praia: Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional.
- Rede Eurydice (2009). *Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa*. [Versão Electrónica]. Acedido em 16 de Maio de 2012 em <http://eacea.ec.europa.eu>.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2011) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2010*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Departamento de Planeamento e Formação.